

**PAPEL DA MULHER NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO  
URBANO: O CASO DA CIDADE DE PORTO NACIONAL-TO<sup>1</sup>**

*THE ROLE OF WOMEN IN THE ORGANIZATION OF URBAN POLITICAL SPACE: THE CASE  
OF THE CITY OF PORTO NACIONAL-TO*

Roberto Souza Santos<sup>2</sup>

**Resumo**

Este trabalho baseou-se em uma revisão bibliográfica sobre o tema: o papel da mulher na organização do espaço político urbano em Porto Nacional – TO e na pesquisa de campo através de elaboração e execução de entrevistas. Para verificar a organização política da mulher no espaço urbano de Porto Nacional-TO, elaborou-se um questionário dirigido a duas mulheres que moram em Porto Nacional-TO. As noções de feminilidade e masculinidade podem mudar ao longo da história conforme as transformações sociais ocorridas. Constatou-se que em Porto Nacional – TO houve e há várias lutas da mulher para alcançar uma maior autonomia e liberdade de expressão política e social.

**Palavras – chave:** espaço político, gênero, mulher.

**ABSTRACT**

This work was based on a bibliographical review on the theme: the role of women in the organization of the urban political space in Porto Nacional - TO and field research through the elaboration and execution of interviews. To verify the political organization of women in the urban space of Porto Nacional-TO, a questionnaire was developed for two women living in Porto Nacional-TO. The notions of femininity and masculinity may change throughout history according to the social transformations that have occurred. It can be observed that in Porto Nacional - TO there were and there are several struggles of women to achieve greater autonomy and freedom of political and social expression.

**Key words:** political space, gender, woman.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa teve apoio financeiro da PROPESQ Pro-reitoria de pesquisa

<sup>2</sup> Professor Doutor do curso de Pós-graduação e graduação em Geografia- Campus Porto Nacional/UFT-  
robertosantos@uft.edu.br

## **Introdução**

O objetivo da pesquisa foi levantar uma discussão teórico-metodológica a respeito do papel e a atuação política da mulher na organização do espaço político na cidade de Porto Nacional – TO. A pesquisa de campo foi elaborada com entrevistas com Dona Tereza Ribeiro de Souza e Eloisa Latuzo Monzano. Foi aplicado o mesmo questionário para as duas mulheres. As categorias Gênero e o papel político-territorial serão as bases teórico-metodológicas norteadoras para o estudo do papel da mulher em Porto Nacional e sua contribuição na vida pública para a sociedade portuense. Esta análise baseou-se em referenciais teóricos, sobre as relações de gênero na sociedade portuense vinculadas ao papel político da mulher na comunidade.

Na sociedade capitalista estabeleceu-se uma divisão social baseada no sexo com uma assimetria desumana na participação do poder entre homens e mulheres. Questões sociais como a representação política, a não participação da mulher no poder constituído e, sobretudo, a divisão social por sexo, são historicamente, conhecido e confirmado pelas ciências sociais. A falta de políticas públicas direcionadas as desigualdades sociais de gênero, já cristalizadas no tecido social do país, são intensificadas num contexto maior. Estes fatos estão presentes em Porto Nacional - TO.

As relações de gênero podem dar um panorama tanto das condições sociais das mulheres quanto evidenciar sua importância dentro de uma atuação política e social nas diversas áreas da sociedade. Em muitas culturas, a figura feminina é associada ao pecado e à corrupção do homem. Também foi associada à ideia de uma fragilidade maior que a colocasse em uma situação de total dependência da figura masculina, seja do pai, do irmão, ou do marido, dando origem aos moldes de uma cultura patriarcalista e machista.

Daí a necessidade de um estudo teórico-metodológico que busque analisar o papel da mulher na organização do espaço político de Porto Nacional - TO. Portanto, as bases que justificam essa pesquisa centram-se nas análises de ações sociais coordenados por mulheres que buscam desafiar os problemas ligados a sua participação na vida política, e qual sua importância no meio em que estão inseridas. Isso permite-nos entender que as relações de gênero podem dar um panorama tanto das condições sociais das mulheres como também evidenciar sua importância dentro de uma atuação política e social nas associações de bairros, sejam eles centrais e/ou periféricos.

Através de uma discussão teórico-metodológica sobre o papel da mulher na organização do espaço político na cidade de Porto Nacional, foi possível identificar a participação e atuação da mulher na organização do espaço de lutas sociais.

### **O papel da mulher na organização do espaço político: perspectivas e possibilidades**

Desde que o homem começou a produzir seus alimentos, nas sociedades agrícolas do período neolítico (entre 8.000 a 4.000 anos atrás), começaram a se definir papéis para os homens e para as mulheres. Nas sociedades agrícolas já havia a divisão social do trabalho entre homens e mulheres, marcada desde sempre pela capacidade reprodutora da mulher, o fato de gerar o filho e de amamentá-lo. O aprendizado da atividade de cuidar foi desenvolvido como uma tarefa da mulher,

embora ela também participasse do trabalho do cultivo e da criação de animais. Surgem daí as sociedades humanas, divididas em clãs, em tribos e aldeias. (BESSA, 1998)

Para Muraro (1983), na fase pré-capitalista, o modelo de família era multigeracional<sup>3</sup> e todos trabalhavam numa mesma unidade econômica de produção. O mundo do trabalho e o mundo doméstico eram coincidentes. A função de reprodutora da espécie, que cabe à mulher, favoreceu a sua subordinação ao homem. A mulher foi sendo considerada mais frágil e incapaz para assumir a direção e chefia do grupo familiar. O homem, associado à idéia de autoridade devido a sua força física e poder de mando, assumiu o poder dentro da sociedade.

Assim, surgiram as sociedades patriarcais, fundadas no poder do homem, do chefe de família. A ideia de posse dos bens, e a garantia da herança para as gerações futuras, levaram o homem a interessar-se pela paternidade. Assim, a sexualidade da mulher foi sendo cada vez mais submetida aos interesses do homem, tanto no repasse dos bens materiais, através da herança, como na reprodução da sua linhagem. A mulher passou a ser do homem, como forma dele perpetuar-se através da descendência. A função da mulher foi sendo restrita ao mundo doméstico, submissa ao homem, afirma Bessa (1998). Muitas atividades domésticas que não tinham valor no mercado de trabalho foram largamente destinadas às mulheres como costurar, aprender música ou desenvolver habilidades artísticas.

A economia colonial gerou a formação de uma sociedade, na qual a mulher ocupava uma posição peculiar, afetando grandemente sua imagem durante anos. Mantendo-a em segundo plano em relação ao homem, tanto econômica como socialmente, a mulher permaneceu à margem da sociedade e da historiografia brasileira. As relações entre os homens e as mulheres e a consequente posição da mulher na família e na sociedade constituem parte de um sistema de dominação amplo. Por essa razão, a análise da posição social da mulher na ordem escravocrata senhorial era conforme definida abaixo.

(...) exige que se caracterize a forma pela qual se organizava e distribuía o poder na sociedade escravocrata brasileira, época em que se formaram certos complexos sociais justificados hoje em nome da tradição.” (SAFIOTTI, 1969. p. 169)

Esta tradição continua até os dias atuais. No mundo atual, a mulher continua sendo tratada de forma desigual no mercado de trabalho, na política, nos direitos civis e constitucionais. Entretanto, pode-se dizer que a situação das mulheres perante as leis houve avanços e retrocessos. No decorrer da história, as leis passaram a beneficiar as mulheres. Por exemplo, o Decreto nº 21.417, de 17 de maio de 1932 estabeleceu um regulamento das condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. O avanço dos direitos da mulher continua com a Constituição Federal Brasileira de 1988.

No século XIX, com a consolidação do sistema capitalista inúmeras mudanças ocorreram na produção e na organização do trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão de obra feminina foi transferida para as fábricas. Ao ser incorporada ao mundo do trabalho fabril a mulher passou a ter uma dupla jornada de trabalho. A ela cabia cuidar da prole, dos afazeres domésticos e também do trabalho nas fabricas, entretanto, com remuneração inferior ao do homem. A dificuldade de cuidar da prole levou as mulheres a reivindicarem por escolas, creches e pelo direito da maternidade.

---

<sup>3</sup> Gerações passam a representar as gerações anteriores, repetindo histórias.

Na sociedade capitalista persistiu o argumento da diferença biológica como base para a desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres eram vistas como menos capazes do que os homens. Na sociedade capitalista o direito de propriedade passou a ser o ponto central, assim, a origem da prole passou a ser controlada de forma mais rigorosa, levando a desenvolver uma série de restrições a sexualidade da mulher. Cada vez mais o corpo da mulher pertencia ao homem, seu marido e senhor. O adultério era crime gravíssimo, pois colocava em perigo a legitimidade da prole como herdeira da propriedade do homem. (Bessa, 1998)

Para Muraro (1993), no século XX as mulheres começaram uma luta mais organizada politicamente em defesa de seus direitos, contra as formas de opressão a que eram submetidas. Essa luta foi denominada de feminismo e a organização das mulheres em prol de melhorias na infraestrutura social foi conhecida como Movimento de Mulheres. A luta feminina também tem divisões dentro dela. Os valores morais impostos às mulheres durante muito tempo dificultaram a luta pelo direito de igualdade.

As mulheres que assumiram o movimento feminista foram vistas como "mal amadas" e discriminadas pelos homens e também por mulheres que aceitavam o seu papel de submissas na sociedade patriarcal. A luta feminina é uma busca de construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. É uma luta pela democracia, que deve nascer da igualdade entre homens e mulheres e evoluir para a igualdade entre todos os homens, suprimindo as desigualdades de classe.

A autora Bessa (1998) afirma que as sociedades patriarcais permaneceram ao longo dos tempos, mesmo na sociedade industrial. Porém, nas sociedades industriais, o mundo do trabalho se divide em trabalho doméstico e do trabalho fabril. As famílias multigeracionais vão desaparecendo e forma-se a família nuclear (pai, mãe e filhos). Para Muraro (1983) a Revolução Industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar.

A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril. As lutas entre homens e mulheres trabalhadoras estão presentes em todo o processo da Revolução Industrial. A questão de gênero colocava-se como um ponto de impasse na consciência de classe do trabalhador. Assim, nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho. Já no século XIX havia movimento de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e o direito de voto.

Quanto à política e o direito ao voto a mulher até os dias atuais, há a ideia de um chauvinismo<sup>4</sup> de que "política é coisa para homem" e assim o espaço político foi sendo negado à mulher. Mas não há dúvidas de que inúmeras mulheres se destacaram ao longo dos tempos na história política, mesmo com essa visão equivocada sobre o mundo da mulher. O Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 reporta em seu Art. 2º "É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código". Este instrumento legal-jurídico já foi um grande avanço para a participação da mulher na vida política no país.

Mas a conquista do voto em 1932 não significou para as mulheres uma mudança substancial nos valores sociais então vigentes. Elas continuaram submetidas a uma estrutura patriarcal conservadora e a um modelo de cidadania que privilegiava e privilegia a imagem pública como espaço masculino. A insegurança, o desconhecimento das regras do mundo político

---

<sup>4</sup>A palavra "chauvinista" foi originalmente usada para descrever alguém fanaticamente leal ao seu país, mas a partir do movimento de libertação da mulher, nos anos 1960, passou a ser usada para descrever os homens que mantêm a crença na inferioridade da mulher.

partidário, os condicionamentos culturais e psicológicos, as práticas partidárias excludentes, continuavam e continuam atuando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da estrutura formal do poder político.

A bancada feminina no Congresso Nacional é muito inexpressiva ainda, portanto, carece de debates sobre as temáticas do acesso ao poder constituído. Há necessidade de assegurar cota de vagas de cada partido ou coligação para as candidaturas de mulheres. A política das cotas se insere no conjunto daquilo que se denomina de ações afirmativas<sup>5</sup>, por sua possibilidade de impacto efetivo nos resultados eleitorais, no sentido de buscar a desejada transformação cultural. Para Grossi & Miguel (2001) não houve um aumento significativo de mulheres eleitas, o que indicaria que a lógica política eleitoral é que definiria a escolha das candidaturas e não a lógica do sexo/gênero, expressa na lei das cotas.

Outra fragilidade da Lei das Cotas é que não garante que a mulher tenha real acesso ao poder. As Cotas não irão mudar as relações de poder à curto prazo, uma vez que ela representa um elemento que modifica a composição dos órgãos diretivos, traz novas ideias para o debate e propicia uma nova forma de aprendizagem do exercício do poder. Entretanto, vale salientar que as cotas aguçam a participação feminina e tende a criar condições mais favoráveis a ampliação do número de mulheres nas direções de sindicatos, partidos, assembleias, câmaras etc. Este fato cria um terreno mais fértil para uma maior visibilidade da mulher na política partidária e na sociedade.

A participação da mulher na vida pública no Brasil é algo histórico recente tanto no poder legislativo, quanto executivo e judiciário. No Brasil, o voto feminino veio acontecer agora no século XX. Desde o século XVIII, as mulheres vêm lutando por direitos e igualdade, apesar das conquistas importantes realizadas até as primeiras décadas do século XX, afirma Ávila (2002).

Segundo Araújo (2002), a representação legislativa mundial das mulheres responde menos de 14% dos assentos. Já nas direções partidárias elas são em torno de 15%. O Brasil fica numa colocação a desejar no contexto da América Latina, quando se trata da presença feminina no parlamento. Na Câmara Federal, elas representam menos de 6%. No movimento sindical essa situação é menos gritante, mas ainda não o desejável. Em outras palavras, os homens participam do poder político, do poder das decisões e do espaço público, enquanto as mulheres em sua maioria têm poderes informais e domésticos.

Na representação política, a não participação da mulher no poder constituído e, sobretudo, a divisão social por sexo, são historicamente, conhecido e confirmado pelas ciências sociais. Mas as ciências sociais têm se preocupado um pouco mais com estas questões, a partir do final do século XX. Para Pinto (2002), as ciências sociais produzidas por sociólogos, antropólogos e cientistas políticos de cunho feminista no Brasil, se inserem nas discussões sobre as questões de gênero, porém, com certa timidez.

As ciências sociais do final século XX perceberam que o estudo de gênero acrescentaria não só novos temas, como também iriam exigir uma reavaliação crítica das

---

<sup>5</sup> Ações afirmativas são políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter a representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo.

premissas e critérios dos trabalhos científicos existentes. Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se ressaltar que essa premissa é reforçada na argumentação teórica de Scott (1990), que o estudo de gênero implica uma nova metodologia de análise da História das mulheres. Este pressuposto teórico nos dá luz no desvendamento da história da mulher em lócus no Município de Porto Nacional – TO, e, sobretudo como categoria de análise. Verificando assim a experiência de mulheres no processo político-administrativo e o seu papel político.

As ciências humanas dentre elas, a Geografia procura debater o termo gênero como uma categoria de análise em sua teorização sobre o espaço. Para Scott (1996), o gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O gênero se torna uma maneira de indicar “construções sociais”: A criação inteiramente social das ideias sobre as relações e papéis próprios aos homens e mulheres. As relações de gênero indicam uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. Essa premissa expressa também as relações de gênero que articulam as regras de relações sociais de poder.

O gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, assim o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Isso pressupõe que os indivíduos ocupam posições na sociedade, e o desempenho de seu papel político é determinado por normas e regras sociais. Destacando a categoria de análise de gênero é que o presente artigo analisou a importância do papel da mulher na organização política do espaço do município de Porto Nacional - TO e, assim, enfatizar as influências que esta organização política estabelece nos aspectos político e social.

A variável organização política do espaço foi trabalhada a partir da noção de território. A abordagem de território analisada nesta pesquisa está de acordo com a proposta do geógrafo franco-suíço Claude Raffestin a partir de sua obra “Por Uma Geografia do Poder” publicada em 1980 e traduzida para o idioma português em 1993. Para Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território e o espaço é preexistente a qualquer ação. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa ou planejamento territorial) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente o ator “territorializa” o espaço.

Para Raffestin, a territorialidade pode ser definida como uma rede de relações na qual a informação é transmitida e reproduzida. O território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. A produção de todas as relações que envolvem e se inscrevem num campo de poder nela articulado, ou seja, da relação entre um poder central e um espaço diversificado (com redes). Aqui a ideia do poder central é fundamental. Isso tem significado para o território. Para o referido autor o poder central é o que dar significado ao território.

É a partir desse raciocínio, que este trabalho propôs analisar o papel da mulher na organização do espaço político em Porto Nacional – TO, entendendo que o território é uma gama de relações sociais que configuram o poder político em um determinado recorte espacial, onde o ator social e político se territorializa. Procurou-se ter um entendimento da territorialidade feminina na organização do espaço político de Porto Nacional.

### **A organização do espaço político da mulher em Porto Nacional-TO**

A história de Porto Nacional-TO tem como origem o Arraial de Pontal do Carmo, com ricas minas de ouro, e seu desenvolvimento deu-se graças à navegação do Rio Tocantins e o

comércio com Belém do Pará. Sabe-se, contudo, que nos primeiros anos do século XIX, Porto Real já era um núcleo com certa importância, que por lei provincial de 14/11/1831, o julgado de Porto Real, foi elevado à categoria de vila. Em 24 de abril de 1833 passa-se a chamar Porto Imperial. Em razão de seu constante desenvolvimento, Porto Imperial, pela Resolução provincial nº 333 de 13 de julho de 1861, recebe seu diploma de cidade. (GODINHO, 1988)

A cidade foi crescendo, mas acompanhando o contexto brasileiro no que diz respeito às desigualdades sociais entre homens e mulheres, seguindo o exemplo de todo o Brasil na época. Outro aspecto que acompanhou o contexto brasileiro foi que em Porto Nacional a educação feminina não era valorizada. Os colonizadores portugueses e seus descendentes, que se dedicavam principalmente à agricultura, não julgavam a instrução necessária para executar suas tarefas diárias. As mulheres das classes sociais altas tinham pouco acesso a cultura na colônia. Quanto às mulheres das classes baixa, podemos imaginar o quanto seria. Com o processo de urbanização, a vida da mulher pertencente à elite dominante começa a se modificar. Ela não mais permanece reclusa à casa-grande, frequentando festas, teatros e indo à igreja, o que possibilita um aumento em seus contatos sociais.

A chegada da família real e de toda a Corte portuguesa, no Rio de Janeiro no final de 1807, trouxe influências diretas a Porto Nacional que acabaram por mudar a situação reinante na colônia, embora muitos costumes em relação às mulheres foram mantidos. (GODINHO, 1988) Desde a formação dos antigos quilombos na região do Tocantins, mulheres parteiras, curandeiras e benzedoras vêm desempenhando múltiplos papéis, como chefes de famílias, organizadoras e condutoras de rituais religiosos, líderes fundadoras de povoados<sup>6</sup>. (PINTO, 2010)

A mulher portuense apesar do afastamento dos grandes centros e conseqüentemente dos avanços que vieram ocorrendo nestes, veio lentamente ocupando seu espaço na sociedade. Assim como as mulheres que se destacaram por suas lutas, em vários locais do mundo, a mulher portuense também se destacou na luta pelo seu espaço de respeito e igualdade na sociedade.

Diante dos desafios de enfrentamento e a sua submissão a sociedade machista, as mulheres buscaram a sua autonomia e auto-confiança na sociedade de classes. Em Porto Nacional, a mulher em toda a sua história, também procurou buscar o seu espaço político. As Senhoras Heloisa Latuzo Monzano e Tereza Ribeiro de Souza são exemplos dessa afirmação. Em entrevista Heloisa Latuzo foi questionada se as mulheres de Porto Nacional têm participado da vida política? Em resposta ela afirmou que "Acho que sim desde a época que chegamos em Porto Nacional, havia as mulheres líderes políticas, como Dona Querubina Querida, Eulina Braga e até hoje temos algumas mulheres participando; são poucas mas existem. No movimento popular as mulheres atuam mais que os homens". Essa afirmação da entrevistada nos permite constatar a territorialidade da mulher no espaço político de Porto Nacional.

Questionada porque tomou a decisão de morar em Porto Nacional, afirmou que foi: "Porque, como médica eu achava que seria mais importante atuar em uma comunidade com poucos recursos na área da saúde". Esta realidade local da falta de estrutura para a saúde, que a entrevistada coloca como o fato que motivou-a, a fazer alguma coisa para a melhoria das condições sociais em

---

<sup>6</sup> Como exemplo de liderança feminina em alguns quilombos da região e, posteriormente, em seus povoados remanescentes, deve ser citada a Negra Maria Felipa Aranha, que liderou o quilombo do Mola, um quilombo fundado na segunda metade do século XVIII, constituído por mais de 300 negros, que, sob a liderança dessa mulher, viveram ali por vários anos sem serem "ameaçados" pelas forças legais (PINTO, 2002, p 442).

Porto Nacional, entre as quais, foi a criação da Fundação Consaúde<sup>7</sup>. Afirmou também que o motivou a fazer parte da luta para a fundação da Consaude foi para melhorar as condições de acesso ao serviço de saúde para a população de baixa renda.

Indagada sobre quais foram suas contribuições nas políticas públicas em Porto Nacional, afirmou que “Indiretamente, através do exemplo conseguimos contribuir para a instituição do Sistema Único de Saúde e para melhorar a educação infantil, através da pré-escola”. Essas ações de Heloisa Latuzo indicam que ela teve um papel importante na luta contra a desigualdade social em Porto Nacional. Ela representa também que a mulher é capaz de criar projetos e executar ações comunitárias para a sociedade.

A atuação da mulher nas ações políticas e comunitárias fez-se presente, ou seja, nas associações de bairro, nas ONGs como a Consaúde, movimentos sociais e comunitários, seja pela atuação no poder público executivo, seja no poder legislativo e na sociedade organizada. Entretanto, a participação da mulher na gestão municipal de Porto Nacional é esporádica. Desde de 1891, quando o primeiro prefeito Coronel Joaquim Ayres da Silva assumiu a prefeitura de Porto Nacional, so tivemos uma prefeita, que foi Tereza Venturini Martins (2009-2012). A pesquisa coincidiu com o mandato desta prefeita e aproveitamos para indagar a Senhora Heloisa Latuzo sobre o que ela tinha a comentar a respeito da prefeita de Porto Nacional. Em resposta afirmou que “Penso que a atual prefeita ainda tem contribuído pouco para o desenvolvimento da nossa cidade, segundo ela, pelas dificuldades financeiras”.

A outra mulher entrevistada foi médica Tereza Ribeiro de Souza<sup>8</sup> (com 87 anos) nasceu em Tocantins e teve destaque em ações sociais na luta pela melhorias sociais da população portuense. Em entrevista afirmou que quando veio morar em Porto Nacional, fez questão de atuar na comunidade pelo fato desta dispor de poucos recursos na área de saúde. Em função de atuar em uma comunidade sem recursos na área da saúde, motivou-a a fazer parte da organização Fundação da Consaúde e, sobretudo, a necessidade de trabalhar em outros setores para melhorar as condições sociais da população portuense. Ela afirma que a sua contribuição nas políticas públicas em Porto Nacional, indiretamente, foi contribuir para a instituição do Sistema Único de Saúde; para melhorar a educação infantil, através da pré-escola como fez também Heloisa Latuzo. Indagada se as mulheres de Porto Nacional têm participado da vida política, afirmou que há mulheres líderes políticas e comunitárias, como Dona Querubina Querida, a Dona Eulina Braga. “Hoje temos algumas mulheres participando”.

Indagada sobre quando começou a se dedicar ao centro comunitário e a comunidade, afirmou que “Desde início, o centro comunitário foi fundado por um grupo de pessoas que se interessava e queria ajudar a comunidade: Dr Eduardo Manza, Dra Heloisa, Eu, Don Celso, começamos a fazer reunião com a população em baixo das árvores no setor Vila Nova”. Relatou que sempre foi uma mulher que gostava de ajudar as pessoas e de estar ao lado do povo e, sobretudo de ter compromisso de fazer reuniões para resolver os problemas da comunidade. Em entrevista afirmou que:

As reuniões depois passaram a ser na casa da Dona Olvina. A casa dela era pequena, mas todos se reuniam na casa dela. Até que eles aprenderam que eles tinham direito de exigir da prefeitura um terreno para eles construir a sede da

---

<sup>7</sup> A COMSAÚDE (Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação) é uma Organização não-governamental, filantrópica.

<sup>8</sup> Entrevista realizada em 01-02-2012.

comunidade. Daí, então, eles se organizaram mais ainda e montaram em uma assembleia onde designaram algumas pessoas para cobrar as promessas e deveres que a prefeitura tinha com a comunidade.

Assim que a comunidade conseguiu o terreno fez-se um mutirão para construir o centro comunitário. Relatou ainda que na comunidade tinha um único pedreiro - o senhor Raimundo Lira<sup>9</sup> que juntamente com a comunidade construiu o centro comunitário. Afirmou que o médico Eduardo Manza ajudava conseguindo verba para a construção, pois, o dinheiro das pessoas que estavam envolvida na construção do centro comunitário era muito pouco. A partir desta luta, a comunidade conseguiu construir o centro comunitário.

Nesta entrevista, podemos perceber o esforço pessoal da Senhora Teresa Ribeiro juntamente com outras pessoas da comunidade para desenvolver ações e projetos comunitários na cidade de Porto Nacional. Mesmo a comunidade não dispoñdo de uma estrutura adequada para fazer reuniões e sem recursos para executar as ações e projetos, continuou lutando para que estas ações se concretizassem. Mulheres como Tereza Ribeiro, Heloisa Latuzo, Olvina, Querubina Querida, Eulina Braga constituem verdadeiras lideranças comunitárias como exemplos, de mulheres que têm um papel político para a organização de movimentos em prol da comunidade e da cidade.

Indagada quando começou a participar da vida política, afirmou que:

Comecei em 1982, nesse trabalho da comunidade. Pois, todos da comunidade se reuniam em um domingo do mês, para ser mais precisa, nós reuníamos em todo segundo domingo do mês. Nessas reuniões sempre estavam presente pessoas da Alemanha, Goiás, pois através da Consaúde, as pessoas envolvidas no centro comunitário já tinham vários contatos, onde esse pessoal de fora vinha para acompanhar o trabalho da comunidade. Observa a forma que a nossa comunidade trabalhava e se organizava.

Em uma dessas reuniões, Dona Tereza encontrou com Atos Magno e Atos Pereira no dia 10 abril de 1982, eles fizeram questão de comentar sobre os partidos políticos (era ano de eleições). E explicaram como cada partido é constituído (ideias, regimentos, interesses, como funciona, é organizado, os partidos políticos devem ter lideranças, bandeira política, representação no Congresso Nacional etc.) e por final da reunião demonstraram com mais detalhe sobre o Partido dos Trabalhadores. Dona Tereza relata que não sabia da existência de Lula em São Paulo lutando nas metalúrgicas e que já tinha sido preso.

Relatou que quando Atos Magno e Atos Pereira explicaram por final (da reunião) sobre o PT, ela teve a ideia de fundar esse partido aqui em Porto Nacional e pediu empenho de todos para fundar o partido. Porém, Atos Magno e Atos Pereira não aprovaram essa ideia de início, argumentando que comunidade não ia conseguir, pois, estava muito próximo do período das eleições. Ela voltou a questionar “mas porque nós não tentamos, se nós tentarmos e não conseguir, vamos ter que pagar alguma coisa se não der certo”, e os Atos disseram que não, mas ela voltou a insistir na ideia de fundar o partido. Entretanto, a justiça eleitoral não queria aprovar. Mas Dona Tereza relata que questionou e argumentou e lutou até que a justiça eleitoral aprovasse a criação do partido.

---

<sup>9</sup> Pai do prof. Elizeu Ribeiro Lira.

A luta para fundar o Partido dos Trabalhadores em Porto Nacional foi um ato de coragem e determinação, primeiro, pelas dificuldades reais da falta de estrutura de um espaço adequado para fazer reuniões e fazer um trabalho de equipe, segundo porque nos anos 1980, o partido tinha uma bandeira política considerada de esquerda, posição ideológica que para o governo militar, era considerada inaceitável. Os ideais de esquerda para o governo militar era vistos como uma afronta ao Estado de direito.

Dona Tereza tomou a frente a criação do Partido dos Trabalhadores em Porto Nacional, oferecendo a sua casa como espaço para a realização dos trabalhos de filiação das pessoas da comunidade. Ela ainda garantiu para o Atos que iria filiar muita gente. No dia agendado para os trabalhos de filiação das pessoas da comunidade ao Partido dos Trabalhadores, cerca de 70 pessoas se filiaram ao partido. De posse das filiações, ela e outros interessados na criação do partido foram a justiça eleitoral para aprovar a criação do partido.

Comentou que antes de toda essa luta para fundar o PT, ela já tinha implantado o sindicato dos trabalhadores, quando ainda não tinha envolvido com a política partidária. Com isso, aprendia cada vez mais sobre política. Quando os políticos adversários procuravam-a para conversar (debater) sobre política, dessas conversas, ela sempre aprendia um pouco mais. Esta luta pelas questões comunitárias e sobre a política partidária representa o quanto a mulher pode desempenhar um papel importante na construção da territorialidade feminina. O envolvimento direto na criação de um partido político coloca Teresa Ribeiro como uma mulher que teve grande destaque na organização do espaço político da cidade de Porto Nacional.

Indagada se dentro da vida política encontrou muito preconceito, afirmou que: “Sim, encontrei e muito. Mas eu gostava, pois eu tinha a oportunidade de dialogar (explicar) para esse povo que tinha preconceito do meu ponto de vista. O preconceito que eu sofria era porque eu era pobre, mulher e sem conhecimento das coisas...” Essa colocação da entrevistada permite-nos acreditar que é possível continuar a luta em prol da população e da comunidade apesar dos preconceitos e dificuldades existentes. Em uma sociedade machista, geralmente, quando uma mulher tem destaque e adquire visibilidade perante a opinião pública é vista como uma mulher que vai tomar os espaços do homem.

Relatou que nas reuniões convidava toda a comunidade para trazer os políticos para explicar como era vida política. Além de chamar os médicos para explicar sobre as doenças e como tratar e prevenir de doenças. Disse que convidava as professoras para participar das reuniões, mas elas não iam. Muitas vezes as professoras pediam para os seus alunos irem as reuniões. Segundo a entrevistada, as professoras tinham vergonha de ser discriminada e medo de serem demitidas dos seus empregos por perseguições políticas. No Tocantins, até hoje, ainda há uma oligarquia e uma plutocracia<sup>10</sup> no poder do estado em que grande parcela dos funcionários públicos são indicados por deputados, vereadores, pessoas influentes para trabalhar no serviço público. Este fato permite uma situação de vulnerabilidade dos trabalhadores perante aos interesses das oligarquias coronelista.

Indagada se a Consaúde tem atingido os objetivos esperados, desde a sua criação até os dias atuais. Disse que:

é difícil afirmar que o Consaude atingiu todas os seus objetivos, porque estão sempre aparecendo desafios novos, somos poucos profissionais comprometidas nessa luta por um mundo melhor e as dificuldades são enormes. Mas não me sinto frustrada, pois acho que vale a pena ter ideia e lutar por ela.

---

<sup>10</sup> Governo em que o poder pertence às classes ricas.

A Consaúde é uma ONG que faz um trabalho social importante direcionado a população de baixa renda. Portanto, concordamos com a entrevistada que esta ONG já trouxe muitos frutos para a comunidade portuense na áreas de assistência a saúde.

Indagada sobre quais são as suas maiores contribuições para vida pública e política de Porto Nacional, diz que foram muitas. A primeira foi criar a Consaude. A segunda foi criar o Centro Comunitário além da disposição para ajudar o povo da comunidade. A terceira foi a criação do Partido dos Trabalhadores em Porto Nacional. E em quarto lugar ser líder comunitária. Com toda essa luta, disposição e ações em buscar o bem comum para a comunidade permitiram o seu reconhecimento nacional e internacionalmente (Alemanha e na Bolívia).

As mulheres Tereza e Heloisa são exemplos de líderes e guerreiras de luta dentro da comunidade pelas causas sociais e representam a força da mulher no espaço político e social na cidade de Porto Nacional. Em depoimento elas deixam claro, os grandes desafios que a mulher brasileira e portuense deparam para se organizar politicamente em detrimento do preconceito, do machismo, da falta de apoio do poder público e das autoridades competentes. Entretanto, com todos esses obstáculos, as entrevistas afirmaram que as mulheres nos últimos 30 anos, conquistaram o seu espaço na profissão, na política, no relacionamento homem e mulher e no mundo do trabalho.

A conquista do espaço político e social pela mulher configura a construção de sua territorialidade. Uma territorialidade fundamentada no conceito de território de Raffestin, no qual, é entendido como a construção do espaço a partir das relações sociais de poder. Ou seja, a mulher precisa construir a sua territorialidade de poder político dentro da sociedade capitalista, para a busca do seu território.

A luta da mulher portuense no sentido de construir a sua organização do espaço político é entendida como a construção e formação do território a partir das práticas femininas em permanente mutação, que se constrói e reconstrói a partir das ações humanas com o espaço de sua existência, e onde se estruturam relações afetivas, de poder e de trabalho. O espaço político e social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo é suporte material da existência indispensável fator de autonomia.

A territorialidade feminina é entendida como as relações sociais travadas no interior do território. As territorialidades das mulheres têm caráter de afirmação e apropriação do território para se organizar politicamente com o objetivo de conquistar mais espaço dentro da sociedade capitalista patriarcal. Silva (2007) parafraseando Rose (1993) relata sobre a dimensão e gênero e território. Afirma que o território possui suas diferenciações internas e, no território conquistado pela força masculina, também existe o espaço do outro – o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exercem uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino. O espaço do outro – o feminino, é um espaço que precisa transformar em território – o território feminino com mais autonomia.

### **Considerações finais**

Os estudos e análises de gênero ainda continuam como grande desafio no meio científico. Para começar um dos grandes desafios é ampliar o espaço de debate nas academias que extrapole os muros da Universidade e coloque em prática o conhecimento científico. A partir deste

raciocínio, pode-se indagar: onde se encontra as mulheres na sociedade? Qual é o seu papel na vida política de Porto Nacional e quais são as suas influências político - representativas na região? Quanto a primeira questão, pode-se dizer que o lugar da mulher na sociedade, infelizmente, ainda continua ocupando os mesmos espaços de outrora, na sociedade, teve avanços muitos tímidos.

Quanto a segunda questão, podemos dizer que o papel da mulher portuense, deve ser o mesmo que Heloisa Latuzo e Teresa Ribeiro e outras desempenharam. Em Porto Nacional a influência da mulher na política partidária e representativa tem desempenhado de forma muito tímida. Desde o início de sua história até os dias atuais, Porto Nacional, teve apenas uma prefeita. No que se refere ao poder legislativo municipal, também a presença da mulher é bem inferior a dos homens. De 1971 até os dias atuais, já tivemos 218 vereadores, dos quais apenas 23 são mulheres<sup>11</sup>.

A visibilidade da mulher nos espaços políticos ainda é muito pequeno. Por outro lado, percebemos que as discussões teóricas se limitam nas abordagens de gênero, em geral, descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio das ciências humanas e, de seus mecanismos de interferência social. É necessário levantar uma discussão teórico-metodológica a partir do método de interpretação do materialismo histórico-dialético para instaurar uma discussão teórica crítica ao próprio conhecimento pré-estabelecido.

Portanto, discutir a questão da mulher, ou abordagens sobre mulheres ou ainda as relações de gênero, constitui-se ainda hoje um desafio. Um desafio teórico. Isso exige uma análise não só da relação entre as experiências dos gêneros no passado e as práticas atuais que nos dará algumas dimensões para questionamentos. As decisões políticas e sociais não podem e nem devem ser da responsabilidade só do homem ou só da mulher, a sociedade é constituída por homens e mulheres que têm o direito de terem uma participação ativa no mundo social.

A experiência demonstra que a história de luta das mulheres, embora pontuada por obstáculos, e com uma articulação limitada com o Estado, não pode mais ser ignorada, pois tem contribuído valorosamente para mudar o cenário não só portuense, mas, também brasileiro. No Brasil as mulheres começaram a conquistar espaço desde o século XX e disputam oportunidades no mundo do mercado de trabalho e ainda lutam pelo desenvolvimento cultural, social e político. Entretanto, pode-se afirmar que dependendo da cultura e do desenvolvimento de cada país é mais ativa a sua participação no mercado de trabalho.

A história de lutas e conquistas das mulheres no decorrer de quase dois séculos, leva a humanidade a iniciar um novo milênio diante da constatação de que ela buscou conquistar o seu espaço político na sociedade. Mais que isso, assegurou seu direito à cidadania, legitimando seu papel na sociedade. Assim como em todo o mundo, em Porto Nacional essa realidade se faz presente, pois, a mulher portuense galgou seu espaço, no decorrer de todos esses anos, continua exercendo seu papel como agente transformadora, merecedora do espaço que conquistou e pelo qual luta constantemente, conforme ficou constado no depoimento com as duas mulheres entrevistadas. Portanto algumas características próprias do ser humano, como: percepção, versatilidade, dentre outras, antes vistas como uma "fraqueza feminina", hoje tem um grande diferencial para desenvolver a sua responsabilidade na organização do seu espaço político. Para desenvolver as suas ações e projetos, as mulheres precisam de estarem organizadas e articuladas politicamente.

As mulheres têm conseguido ocupar cargos de grande responsabilidade em organizações de pequeno, médio e grande porte, além de atuarem como: advogadas, professora,

---

<sup>11</sup> Dados colhidos na secretaria da Câmara Municipal de Porto Nacional, fevereiro de 2012.

motoristas, administradas e outras. Também conseguem desenvolver e conciliar os seus múltiplos papéis sociais – como ser mãe, esposa e donas de casa, trabalhadoras e empresárias.

### Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Angélica. Entre a sombra e a luz. In: XAVIER, Elódia Carvalho de Formiga (org.) **Tudo no Feminino: a presença da mulher na narrativa brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. p. 54

ARAÚJO, Clara. Ações afirmativas como estratégias políticas feministas. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora 34, Fundação Carlos Chagas, 2002.

ARAUJO, Luis César G. de. **As mulheres no controle do mundo** – elas têm influência em todas as esferas, da política à comunicação. Forbes Brasil, São Paulo: 2004.

AVILA, Maria Betânia. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora 34, Fundação Carlos Chagas, 2002.

BESSA, Karla Adriana Martins. Trajetórias do Gênero, masculinidades... **Cadernos PAGU**. N<sup>o</sup>. 11. 1998.

Decreto n<sup>o</sup> 21.417, de 17 de maio de 1932

Decreto n<sup>o</sup> 21.076 de 24 de fevereiro de 1932

GODINHO, Durval C. **História de Porto Nacional**. Porto Nacional – TO, S.ED., 1988.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: Scielo, v. 9, n. 1 2001.

MURARO, Rose Marie. **Sexualidade da mulher brasileira**. Corpo e Classe social no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Editora Açaí, 2010.

PINTO, Céli Regina. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). In: **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora 34, Fundação Carlos Chagas, 2002.

PINTO, Benedita Celeste De Moraes. Vivências cotidianas de parteiras e ‘experientes’ do Tocantins. **ESTUDOS FEMINISTAS**. Pontifícia Universidade Católica de São Paul. Ano 10 P. 441-448, 2º semestre 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography**. The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes-INL, 1969.

SCOTT, S. A. Incorporação do Gênero nas Políticas Públicas: Incluindo os Diferentes na Cidadania. **Seminário Internacional Educação, Gênero e Movimento Sociais** – Florianópolis: UFSC, 1990.

SCOTT, S. Gênero: Uma categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**. V.1 nº 1 Porto Alegre: UFRGS, 1996.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007